



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Agravo nº 0300758-7

Agravante: Banco Bradesco Financiamento S/A

Agravado: Abílio José da Silva

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO IMPROVIDA. DESCONTOS EM PENSÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS DESCONTOS. ILICITUDE CONFIGURADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS CABÍVEIS. CARACTÉR ALIMENTAR DOS PROVENTOS. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. Embora o Recorrente alegue que os descontos são legítimos e fundados em contrato assinado pelo Agravado, da análise dos autos, verifica-se que ora alguma o Banco fez prova da mencionada avença, ônus *probandi* que em razão do art. 6º, VIII do CDC e art. 331, II do CPC indubitavelmente lhe caberia. Configurada, pois, a ilicitude da conduta do banco ao realizar injustificadamente descontos na pensão do Recorrido.
2. "O engano, na cobrança indevida, só é justificável quando não decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta do fornecedor do serviço" (REsp 1.079.064/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 20.4.2009).
3. Não sendo justificáveis os descontos na pensão do Agravado, legítima a repetição de indébito prevista no parágrafo único do art. 42 do CDC fixada pelo Juízo de Primeiro Grau.
4. O dissabor derivado da situação em comento é indiscutível, pois, os descontos foram realizados por vários meses diretamente na pensão do Recorrido, a qual de maneira incontestada possui caráter alimentar.
5. *In casu*, em razão do baixo valor dos descontos realizados, tem-se que a quantia estatuída a título de danos extrapatrimoniais, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) restou bem fixada, pois por um lado, não se mostra diminuta, assegurando o caráter repressivo-pedagógico próprio da indenização por danos morais e, por outro lado, não se apresenta elevada a ponto de provocar o enriquecimento sem causa do Agravado.
6. Recurso improvido por unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 30 de abril de 2013, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de agravo, na forma do voto do relator.

Recife, 30 de abril de 2013 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Agravo nº 0300758-7

Agravante: Banco Bradesco Financiamento S/A

Agravado: Abílio José da Silva

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de Agravo Regimental com o fito de alterar a decisão terminativa proferida por esta Relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação manejado pelo Agravado.

Em seu agravo insurge-se o Recorrente contra a *decisum* proferido, alegando em suas razões, em apertada síntese, que os descontos são devidos em razão de contrato firmado entre as partes, sendo, pois, ilegítimas a condenação de repetição de indébito, argumentando também que ainda que transações realizadas tenham sido fruto da ação de terceiro estelionatário, o Recorrido é responsável pela dívida pois não teria agido com zelo na guarda de seus documentos pessoais. Ao final, insurge-se contra os danos morais arbitrados por esta Relatoria, afirmando ser incabíveis e excessivos.

Vindo-me em seguida os autos conclusos.

**É o relatório. Passo a decidir.**

Preenchidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade recursal passo à análise do Agravo.

Adianto que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada, mantenho, assim, os fundamentos da decisão monocrática proferida:

*“Trata-se de recurso de apelação manejado contra a sentença do Juiz de Primeiro Grau que julgou procedente em parte os pedidos constantes na exordial condenando o Banco Recorrente em repetição de indébito e negou a indenização por danos morais, em face da quantia ínfima descontada mensalmente da conta do Primeiro Apelante.*

*Em sua peça recursal o Banco Apelante, em síntese, aduz que as condenações são ilegítimas, tendo em vista que os descontos realizados na conta do Apelado foram derivados de contrato devidamente firmado entre as partes.*



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



*Não assiste razão ao Banco Apelante.*

*Embora o Recorrente alegue que os descontos são legítimos e fundados em contrato assinado pela Apelada, da análise dos autos, verifica-se que ora alguma o Banco fez prova da mencionada avença, ônus probandi que em razão do art. 6º, VIII do CDC e art. 331, II do CPC indubitavelmente lhe caberia.*

*Ora, inexistindo prova do alegado negócio jurídico que justificaria as deduções realizadas na conta da Recorrido, descabe a consideração do mencionado argumento, uma vez que no mundo do Direito arguir sem comprovar é o mesmo que nada arguir.*

*Exegese dos princípios allegatio et non probatio, quasi non allegatio (a alegação sem prova é quase uma não alegação, vale dizer, é como nada alegar) e allegare nihil, et allegatum non probare, paria sunt (nada alegar ou não provar o alegado, é a mesma coisa).*

*Logo, tenho que resta caracterizada a ilicitude da conduta do Banco Apelante ao realizar infundadamente descontos na conta da Recorrida.*

*No que pertine à condenação em repetição de indébito, cabe ressaltar que ao contrário da lei civil, o Estatuto do Consumidor, art. 42 parágrafo único, não exige prova da má-fé no ato da cobrança da dívida, sendo suficiente o pagamento indevido, por débito inexistente, in verbis:*

*"Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".*

*Destaque-se que a referida obrigação só resta excluída se comprovado que a cobrança decorreu de engano justificável, o que inócorre na hipótese em comento, sendo da mais interia justiça que a devolução dos valores indevidamente descontados ocorra em dobro.*

*Sobre o tema colaciono os seguintes julgados:*

**RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. ENQUADRAMENTO NO REGIME DE ECONOMIAS. CULPA DA CONCESSIONÁRIA. RESTITUIÇÃO EM DOBRO.** 1. O art. 42, parágrafo único, do CDC estabelece que "o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável". 2. Interpretando



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

o referido dispositivo legal, as Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte de Justiça firmaram orientação no sentido de que "o engano, na cobrança indevida, só é justificável quando não decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta do fornecedor do serviço" (REsp 1.079.064/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 20.4.2009). Ademais, "basta a culpa para a incidência de referido dispositivo, que só é afastado mediante a ocorrência de engano justificável por parte do fornecedor" (REsp 1.085.947/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 12.11.2008). Destarte, o engano somente é considerado justificável quando não decorrer de dolo ou culpa. 3. Na hipótese dos autos, conforme premissas fáticas formadas nas instâncias ordinárias, não é razoável falar em engano justificável. A cobrança indevida de tarifa de água e esgoto deu-se em virtude de culpa da concessionária, a qual incorreu em erro no cadastramento das unidades submetidas ao regime de economias. Assim, caracterizada a cobrança abusiva, é devida a repetição de indébito em dobro ao consumidor, nos termos do parágrafo único do art. 42 do CDC. 4. Recurso especial provido. (REsp 1084815/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 05/08/2009)

**CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC. ENGANO JUSTIFICÁVEL. NÃO-CONFIGURAÇÃO.**

1. Hipótese em que o Tribunal de origem afastou a repetição dos valores cobrados indevidamente a título de tarifa de água e esgoto, por considerar que não se configurou a má-fé na conduta da SABESP, ora recorrida. 2. A recorrente visa à restituição em dobro da quantia sub judice, ao fundamento de que basta a verificação de culpa na hipótese para que se aplique a regra do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. 3. O engano, na cobrança indevida, só é justificável quando não decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta do fornecedor do serviço. Precedente do STJ. 4. Dessume-se das premissas fáticas do acórdão recorrido que a concessionária agiu com culpa, pois incorreu em erro no cadastramento das unidades submetidas ao regime de economias. 5. In casu, cabe a restituição em dobro do indébito cobrado após a vigência do CDC. 6. Recurso Especial provido. (REsp 1079064/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 20/04/2009)

**CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.**

Deve ser restituída em dobro a quantia cobrada a mais em razão de cláusulas contratuais nulas, constantes de contrato de financiamento para aquisição de veículo com garantia de alienação fiduciária. Art. 42 do CDC. Recurso conhecido em parte e provido. (REsp 328.338/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 15.04.2003, DJ 30.06.2003 p. 253)

Em relação à condenação em danos morais, tenho que assiste razão à insurgência do Primeiro Recorrente, o qual pleiteia a sua concessão em face da ilegitimidade dos descontos realizados.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



Registre-se que uma vez configurado o ato ilícito praticado pelo Banco, para que haja a caracterização da responsabilidade civil, deve-se analisar o eventual dano suportado pelo consumidor.

No caso em tela, verifico que o dissabor derivado da situação em comento é indiscutível, pois, os descontos foram realizados por vários meses diretamente na pensão do Recorrente, a qual de maneira incontestada possui caráter alimentar.

Impende destacar, ainda, que a reparação civil por danos morais possui caráter compensatório e de desestímulo à conduta ilícita praticada, devendo ser também observada a intensidade do dano suportado e as condições econômicas do ofensor e do ofendido.

Sendo assim, ao estabelecer o quantum indenizatório deve o magistrado observar todos os preceitos acima citados, com o intuito de não fixar uma quantia insignificante nem tão pouco exorbitante.

Da análise dos autos e da jurisprudência pátria, tem-se que a indenização por danos morais deve ser fixada no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), isso porque, como bem assentou o Magistrado a quo, a quantia descontada mensalmente da pensão do Recorrente era de pequena monta, qual seja R\$ 9,03 (nove reais e três centavos).

Logo, a quantia ora fixada a título de danos extrapatrimoniais, por um lado, não se mostra diminuta, assegurando o caráter repressivo-pedagógico próprio da indenização por danos morais e, por outro lado, não se apresenta elevada a ponto de provocar o enriquecimento sem causa do autor.

Abaixo colaciono alguns julgados que retratam a jurisprudência pátria sobre o tema em questão no presente processo:

**DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral.

2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes.

3. Recurso especial não provido.

(REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011)



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



**AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DÍVIDA DE  
CORRENTISTA. RETENÇÃO INTEGRAL DE VENCIMENTOS. DANO  
MORAL. CONFIGURAÇÃO.**

- 1.- Na linha dos precedentes desta Corte, a retenção indevida de rendimentos é suficiente para gerar indenização por danos morais.
- 2.- No caso, dos autos, porém, o desconto indevido de verbas na conta da Recorrente, foi compensado pelo descumprimento da obrigação de depositar judicialmente a quantia equivalente, não havendo por isso, falar em subtração efetiva de numerário alimentar.
- 3.- Agravo Regimental a que se nega provimento.  
(AgRg no REsp 1319768/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 03/08/2012)

*Desta feita, há motivo para a irresignação do Primeiro Recorrente devendo ser alterada a decisão do i. Magistrado de piso para que seja concedida a indenização por danos morais pleiteada”.*

Posto isso, do exposto se infere que não há razão para o inconformismo da Agravante. Neste sentido, voto pelo improvimento do presente Recurso, mantendo a decisão ora vergastada. É como VOTO.

Recife, 30 de abril de 2013.

*Josué Antônio Fonseca de Sena*  
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator